

Brasília, 27 de janeiro de 2026

Seleção

Sumário

Convergência Digital

Segunda-feira, 26 de janeiro de 2026 | Propriedade Intelectual

Indústria criativa: Mercado vive encruzilhada no Brasil 3

InfoMoney - Online

Terça-feira, 27 de janeiro de 2026 | Marco regulatório | INPI

O que Matthew McConaughey e Luisa Sonza podem ter em comum? A IA responde 5

Migalhas

Segunda-feira, 26 de janeiro de 2026 | Marco regulatório | INPI

Juíza anula marca "Lactofull" por risco de confusão com "Lactofur" 7

MSN Notícias

Segunda-feira, 26 de janeiro de 2026 | Marco regulatório | INPI

Fertilizantes e defensivos biológicos lideram patentes verdes no agro brasileiro 9

Pequenas Empresas Grandes Negócios Online

Segunda-feira, 26 de janeiro de 2026 | Marco regulatório | INPI

Número de Indicações Geográficas (IGs) mais que dobra em cinco anos 10

O Estado - Online

Segunda-feira, 26 de janeiro de 2026 | Marco regulatório | INPI

Fim de patente do Ozempic gera batalha de lobbies no Congresso 12

Indústria criativa: Mercado vive encruzilhada no Brasil



Indústria criativa: Mercado vive encruzilhada no Brasil

A indústria criativa brasileira, que movimentou mais de R\$ 393 bilhões em 2023 e representa 3,5% do PIB nacional segundo a Firjan, já começa a sentir de forma concreta os efeitos do avanço da inteligência artificial. Para contribuir com o debate sobre o tema, a consultoria Deck, Inteligência Digital para a Cultura divulgou a pesquisa inédita "Percepção da IA na Cultura e Economia Criativa", que ouviu 1,5 mil profissionais de 16 áreas como música, cinema, artes visuais, artes cênicas, design, publicidade e gestão cultural.

Os dados foram coletados entre junho e setembro de 2025 entre participantes do curso "Inteligência Artificial aplicada à Cultura", promovido pelo Ministério da Cultura em parceria com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e concebido pela gestora cultural Beth Ponte, autora do estudo.

Pela primeira vez, o levantamento traz a perspectiva de jovens e seniores que atuam diretamente no setor cultural sobre uso, impacto e expectativas em relação à IA generativa. O estudo também reproduziu perguntas do relatório "Ipsos Monitor AI", referência internacional aplicada em 32 países, permitindo comparar a visão do setor criativo com a percepção da população em geral.

A comparação revela que 93,5% dos entrevistados da área criativa consideram provável que a IA mude a forma como seu trabalho é realizado nos próximos cinco anos, enquanto na pesquisa da Ipsos esse índice cai para 61%, sugerindo que produtores cul-

turais enxergam a transformação como mais profunda e acelerada.

O estudo indica que a indústria criativa brasileira se encontra diante de uma encruzilhada estratégica: ao mesmo tempo em que enfrenta riscos reais de automação e deslocamento de funções, também vislumbra oportunidades de aumento de produtividade e expansão de mercado. Para pesquisadores e profissionais, o debate deixa de ser apenas sobre a chegada da IA e passa a ser sobre como moldar seus usos futuros no campo cultural.

Essas mudanças já são visíveis no cotidiano profissional. Para Beth Ponte, é essencial observar que o impacto da IA não ocorre de forma homogênea. Ela afirma que a pesquisa evitou generalizações ao incluir 16 setores distintos, reconhecendo que cada área adota a tecnologia em ritmos diferentes. Beth defende que políticas e estratégias públicas e privadas precisam considerar variáveis como área de atuação, faixa etária, vínculos profissionais, escolaridade, gênero, cor e raça, para equilibrar inovação, formação e responsabilidade ética.

Mesmo com o crescimento das ferramentas de IA generativa, ainda há um descompasso importante entre uso e compreensão. Segundo o estudo, 62% dos profissionais afirmam não saber identificar quais produtos e serviços utilizam IA em seu cotidiano, um índice ainda maior que o observado pelo Ipsos na população brasileira, de 56%. A familiaridade com a tecnologia também diminui conforme aumenta a idade. Entre pessoas de 18 a 24 anos, 52% dizem saber identificar produtos que utilizam IA, enquanto a partir dos 45 anos predominam respostas de incerteza ou desconhecimento.

O avanço tecnológico também desperta preocupações. Para 35,5% dos entrevistados, a substituição de empregos por sistemas de IA nos próximos cinco anos é considerada provável. A percepção é mais intensa em setores fortemente digitalizados, como Cinema, Rádio e TV, onde o índice chega a 44,9%, e Música, com 44,3%. Ainda assim, a visão predominante é de otimismo moderado. Para 66,2% dos participantes, a IA tem potencial para melhorar o

mercado de trabalho criativo no médio prazo, patamar próximo ao observado pelo Ipsos na população geral.

A consultora da Deck e revisora da pesquisa, Letícia Fernandes, afirma que o setor demonstra desejo de se capacitar e acompanhar o desenvolvimento tecnológico. Segundo ela, o momento exige estratégias de formação como requalificação profissional e aprimoramento de competências, alinhadas às recomendações da UNESCO sobre ética da IA. As principais demandas de capacitação citadas pelos entrevistados incluem automação de tarefas e processos, elaboração e gestão de projetos culturais com uso de IA e aplicação prática de ferramentas em áreas como música, audiovisual e design. Questões relacionadas a **direitos autorais, propriedade intelectual** e regulação da IA também foram apontadas como prioridade por uma parcela significativa

dos profissionais.

O perfil dos participantes revela um retrato consistente do setor criativo brasileiro. Entre os 1.555 respondentes, 55,5% trabalham de forma autônoma, enquanto 25,4% possuem vínculo empregatício fixo. A faixa etária predominante é de adultos entre 35 e 54 anos, representando 55,5% da amostra, e 84,5% possuem graduação ou pós-graduação. Quanto à composição de gênero, 55,1% se identificam como mulheres e 41,4% como homens, com presença também de pessoas não binárias e outras identificações. Em relação à cor e raça, 48,5% se declararam negros e 47,6% brancos, com registros ainda de pessoas indígenas e amarelas.

O que Matthew McConaughey e Luisa Sonza podem ter em comum? A IA responde

Usuários tem usado tecnologia para mimetizar artistas -- e mercado se movimenta para buscar proteção de imagem

O astro hollywoodiano Matthew McConaughey e a cantora brasileira Luísa Sonza estão conectados por um fenômeno recente. Nos últimos meses, ambos estiveram envolvidos em debates sobre o uso de inteligência artificial para criação de vídeos ou vozes com suas imagens. Enquanto esses casos se avolumam, artistas no Brasil e no exterior buscam alternativas para se proteger - ainda que o cenário pareça nebuloso.

McConaughey, na verdade, tomou a dianteira em uma recente estratégia contra o uso não autorizado de sua imagem: registrar trechos de suas próprias atuações como marca. Nos últimos meses, o ator de "Interestelar" e "True Detective" teve oito pedidos de registro aprovados pelo Escritório de Patentes e Marcas dos Estados Unidos.

Um dos documentos acessados pelo InfoMoney descreve McConaughey em pé olhando para frente, com os braços levantados e as palmas das mãos abertas. Ele então abre ainda mais o braços e olha para o lado, coloca uma mão no quadril e abaixa a outra. Por fim, com o corpo posicionado em um ângulo, vira o rosto para a frente. O vídeo dura sete segundos.

Como o mercado está se adaptando ao novo direito autoral para conteúdos de IA?

Busca por cursos envolvendo IA aumenta 840% na Unico Skill e sinaliza para tendência

Até agora, não era comum que atores registrassem amostras de suas participações em filmes e séries como marcas. Acontece que o uso não autorizado de imagem em inteligências artificiais está chacoalhando Hollywood nos últimos anos.

Certificado do registro de marca do ator Matthew McConaughey. (Foto: Reprodução/Escritório de Patentes e Marcas dos Estados Unidos) Trata-se de um caso em que leis dedicadas à proteção de marcas de serviços e produtos sejam usadas, agora, para artistas e intérpretes. "O direito de marca é for-

tíssimo e consegue dar uma proteção adicional da imagem. Do mesmo jeito que pode se registrar uma embalagem de biscoito, por que não registrar o rosto de uma pessoa como marca?", explica Leticia Provedel, sócia da área de **Propriedade Intelectual** do Souto Correa Advogados.

McConaughey não está sozinho. Em janeiro, centenas de artistas - de atrizes como Scarlett Johansson até os integrantes do grupo R.E.M - assinaram uma campanha batizada "Stealing Isn't Innovation": "roubo não é inovação", em tradução livre. Endereçada às gigantes da tecnologia, ela quer combater o uso do trabalho de criadores americanos de forma não autorizada no treinamento.

"Artistas, escritores e criadores de todos os tipos estão se unindo com uma mensagem simples: roubar nosso trabalho não é inovação. Não é progresso. É roubo - pura e simplesmente", afirma o site oficial do movimento. "Existe um caminho melhor: por meio de acordos de licenciamento e parcerias, algumas empresas de IA têm optado pela via responsável e ética para obter o conteúdo e os materiais que desejam usar."

Segundo explica Provedel, tanto as grandes empresas de tecnologia quanto seus usuários podem ser responsabilizados caso produzam peças com base na imagem ou produção de artistas. No Brasil, argumenta a advogada, a lei já é suficiente para fundamentar qualquer medida protetiva dada sua ampla abrangência.

"Aqui a legislação já protege o artista, seja pelo direito de imagem, seja pelo direito autoral. Não acredito em refinamento da legislação, mas sim em uma regulação do mercado", pondera Provedel. Essa regulação, avalia, deveria ocorrer no escopo amplo do Projeto de Lei de regulação de IA.

No fim de dezembro, uma versão brasileira de "The Fate of Ophelia", da cantora americana Taylor Swift na voz de Luísa Sonza com participação do cantor Dilsinho entrou no Top 50 Brasil do Spotify. A versão, batizada de "A Sina de Ofélia", também viralizou nas redes sociais. Mas Luísa Sonza nunca

Continuação: O que Matthew McConaughey e Luisa Sonza podem ter em comum? A IA responde

gravou a música.

Fruto de uma produção de IA de autoria não identificada, a música foi tratada pela artista como "uma brincadeira da internet", disse a assessoria em res-

posta ao InfoMoney. Disse entender, ao mesmo

tempo, que o uso de IA na criação musical abre discussões importantes sobre autoria, direitos e limites éticos.

Diferentemente de Matthew McConaughey, no entanto, Sonza não poderia buscar alternativas de proteção adicionais via registro de marca. No Brasil, ainda não há ferramentas no **Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)**, responsável pelos

registros de marca, para proteger voz ou vídeo. Países como a França, por exemplo, são capazes de proteger até a marca olfativa de produtos para proteger o cheiro de seus perfumes.

"O **INPI** vem caminhando muito no sentido de conferir cada vez mais proteção, mas não tem nenhum instrumento técnico para fazer esse registro", explica Provedel. Hoje, o órgão já aceita figuras tridimensionais, mas não vídeo ou voz.

Juíza anula marca "Lactofull" por risco de confusão com "Lactofur"



Magistrada reconheceu que a marca reproduz o núcleo distintivo "lactofu" e, por atuar no mesmo segmento veterinário, gera risco de confusão ao consumidor.

Propriedade intelectual Juíza anula marca "Lactofull" por risco de confusão com "Lactofur" Magistrada reconheceu que a marca reproduz o núcleo distintivo "lactofu" e, por atuar no mesmo segmento veterinário, gera risco de confusão ao consumidor. Da Redação

segunda-feira, 26 de janeiro de 2026

Atualizado às 12:22

Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

A juíza Federal substituta Quezia Jemima Custodio Neto da Silva Reis, da 9ª vara Federal do Rio de Janeiro, declarou a nulidade do registro da marca "Lactofull", concedido pelo **INPI** à empresa Botupharma Indústria e Comércio de Produtos Veterinários Ltda., ao reconhecer colidência com a marca anterior "Lactofur", de titularidade da Ouro Fino Saúde Animal Ltda.

Segundo a magistrada, a elevada semelhança gráfica e fonética entre os sinais, aliada à afinidade mercadológica, é suficiente para gerar risco de confusão ou associação indevida pelo consumidor, em violação ao lei de **Propriedade Industrial**.

Por semelhança com "Lactofur", juízo anula registro da marca "Lactofull".(Imagem: Divulgação/Arte Migalhas)

Entenda o caso

A Ouro Fino Saúde Animal ajuizou ação declaratória de nulidade de ato administrativo, cumulada com pedido de abstenção de uso, contra o **INPI** e a Botupharma, sustentando que o registro da marca mista "Lactofull" reproduziria, de forma indevida, o núcleo distintivo de sua marca "Lactofur", anteriormente registrada na classe 5 da Classificação Internacional de Nice, destinada a medicamentos e preparações veterinárias.

Segundo a autora, a semelhança entre os sinais seria suficiente para causar confusão ou falsa associação no mercado, especialmente porque ambas as empresas atuam no ramo farmacêutico veterinário.

Defendeu, ainda, que sua marca constitui neologismo dotado de distintividade e que a mera possibilidade de confusão já seria suficiente para caracterizar a colidência marcária, conforme precedentes do STJ.

Registro no **INPI** prevalece sobre uso anterior de marca, decide TJ/SP

Em contestação, a Botupharma argumentou que o prefixo "Lacto" seria genérico e amplamente utilizado no setor, sustentando que sua marca possuiria distintividade própria, inclusive por se tratar de marca mista. Alegou também que os produtos teriam finalidades e públicos-alvo distintos - medicamentos para animais de produção, no caso da autora, e suplementos alimentares para animais de companhia, no seu caso - o que afastaria o risco de confusão.

O **INPI**, por sua vez, defendeu a legalidade do ato administrativo e a suficiência de distinção entre os sinais.

Semelhança marcária

Ao analisar o mérito, a juíza aplicou o teste de colidência previsto no Manual de Marcas do **INPI**, examinando a afinidade entre os produtos, a reprodução ou imitação da marca anterior e a possibilidade de confusão ou associação indevida.

Embora reconhecendo que o prefixo "Lacto" seja comum no segmento, a magistrada destacou que, no

Continuação: Juíza anula marca "Lactofull" por risco de confusão com "Lactofur"

caso concreto, houve reprodução quase integral do radical "Lactofu", elemento preponderante da marca da autora, com alteração mínima no sufixo, incapaz de conferir distintividade suficiente.

A decisão também afastou a aplicação do princípio da especialidade ao considerar que, apesar das diferenças pontuais entre os produtos, ambos se inserem no mesmo segmento mercadológico amplo - o farmacêutico veterinário - e são comercializados em ambientes semelhantes, o que compromete a função distintiva da marca e impede a convivência pacífica dos sinais.

Diante disso, a magistrada julgou procedente o pedido para anular o registro da marca "Lactofull", determinou que o **INPI** promova a anotação e a publicação da decisão e condenou a empresa ré a abs-

ter-se do uso da marca. **INPI** e empresa ré também foram condenados ao pagamento das custas e honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor da causa.

O escritório Denis Borges Barbosa Advogados atua no caso.

Processo: 5066721-34.2024.4.02.5101

Leia a sentença.

Fertilizantes e defensivos biológicos lideram patentes verdes no agro brasileiro



247 - A pesquisa científica brasileira voltada à agricultura sustentável tem direcionado esforços majoritariamente para o desenvolvimento de insumos menos agressivos ao meio ambiente e à saúde humana. Dados recentes mostram que fertilizantes e defensivos agrícolas de base biológica ocupam posição central entre as **inovações tecnológicas** do

setor, refletindo uma mudança de paradigma em relação ao modelo químico tradicional que dominou a produção agrícola por décadas. A informação consta em levantamento divulgado pelo **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**, com base em pedidos de **patentes** registrados entre 2012 e 2025.

O relatório do **INPI** revela que cerca de 70% dos pedidos brasileiros de **patentes** em tecnologias agrícolas verdes nesse período estão relacionados a biofertilizantes e biodefensivos, classificados como insumos sustentáveis por utilizarem princípios biológicos em sua composição. Ao todo, foram identificados 1.205 pedidos de **registro de patentes** de origem brasileira nesse segmento específico, indicando forte engajamento nacional na busca por soluções que reduzam os impactos ambientais da atividade agropecuária...Continue lendo no Brasil 247

Número de Indicações Geográficas (IGs) mais que dobra em cinco anos



Reconhecimento fortalece pequenos produtores que buscam expansão de mercado dentro e fora do país

Produtos que carregam o sabor do território, a história de quem produz e a identidade de uma região vêm ganhando cada vez mais reconhecimento no Brasil. Nos últimos cinco anos, o número de **Indicações Geográficas** (IGs) no país mais do que dobrou, revelando um movimento que une inovação, tradição e desenvolvimento econômico. Em 2020 os registros concedidos pelo **Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)** somavam 73 certificações.

No ano passado, o país alcançou a marca de 150 IGs, a maioria nas regiões Sudeste e Sul. E no primeiro mês de 2026, o total subiu para 151 IGs nacionais, com a certificação das tortas de Carambeí (PR). Desde 2003, quando apenas uma IG era registrada no Brasil, o Sebrae atua para que, cada vez mais, pequenos negócios consigam o registro junto ao **INPI**. Somente no ano passado, aplicou 95 diagnósticos, com a identificação de 69 territórios com potencial positivo para serem reconhecidos como IG.

A coordenadora de Tecnologias Portadoras de Futuro do Sebrae Nacional, Hulda Giesbrecht, acredita que o ritmo de crescimento de IGs será estável e de 20% ao ano. Ela explica que a estruturação de uma IG demanda um tempo considerável, de pelo menos 18 meses, sem contar o tempo de análise no

INPI que, atualmente, é de aproximadamente 12 meses.

"Esse prazo é fundamental para a estruturação, mobilização dos produtores, construção da governança, consolidação de evidências e análises detalhadas do pedido de registro", diz Hulda Giesbrecht, coordenadora de Tecnologias Portadoras de Futuro do Sebrae Nacional

Segundo Hulda, em 2025, o Sebrae avançou muito no apoio às IGs quanto à consolidação da governança, implementação dos mecanismos de controle e preparação para ampliar acesso a mercados, como por exemplo, a realização de rodadas de negócios específicas e mentorias com especialistas internacionais em parceria com o programa AL Invest da União Europeia.

Potencial da apicultura brasileira A certificação de Indicação Geográfica é concedida a produtos e serviços cuja qualidade, reputação ou características estão diretamente ligadas ao local de origem. A IG é dividida em duas espécies: Denominação de Origem (DO), que indica que as qualidades ou características de uma determinada área geográfica, incluídos os fatores naturais e humanos, influenciam exclusiva ou essencialmente um produto ou serviço; ou Indicação de Procedência (IP), que protege o nome geográfico que se tornou conhecido por conta de um produto ou serviço.

Reconhecido como uma das 31 Indicações Geográficas nacionais, na categoria de Denominação de Origem (DO), o mel de melato de Bracatinga é produzido no Planalto Sul brasileiro, na região demarcada por 134 municípios, sendo 107 do estado de Santa Catarina, 12 do Paraná e 15 do Rio Grande do Sul. O produto é conhecido como "ouro negro" pelo alto valor nutricional e qualidade.

A certificação foi expedida em 2021 após pedido da Federação das Associações de Apicultores e Meliponicultores de Santa Catarina. De acordo com a gestora da IG, Carolina Maciel da Costa, 80% da produção é exportada, com destaque para a Alemanha e Estados Unidos. Atualmente, a IG é relacio-

nada a 10 empresas que representam 43 pequenos apicultores.

Caroline conta que o Sebrae acompanhou os produtores durante todo o processo de obtenção do registro no **INPI** e continua dando apoio para que o mel de Melato de Bracatinga expanda a presença no mercado.

"O Sebrae continua firme e forte conosco como nosso parceiro. É mais difícil levar o nosso produto para outras regiões, mesmo assim já conseguimos chegar em alguns estados do Nordeste, Espírito Santo e Amapá", compartilha.

Alto padrão de qualidade Produto líder em Indicações Geográficas, diferentes cafés nacionais respondem pelo maior número de registros. São 20 IGs entre o total de 151 existentes até o momento no país, a maioria (60%) na categoria de Indicação de Procedência (IP) e localizada principalmente nos estados de Minas Gerais e São Paulo.

Uma delas é o café produzido no Sudoeste de Minas, fruto do trabalho desenvolvido pela Associação dos Cafeicultores do Sudoeste de Minas com o apoio do Sebrae. O café é produzido tradicionalmente pela família Frutuoso desde a década de 30. Há um ano e meio, a marca conseguiu o selo de IG Sudoeste de Minas. Com a produção de 100 sacas por ano, o produto é vendido em microlotes que garantem a qualidade, a partir de um cultivo regenerativo da forma mais natural possível.

O pequeno produtor do Café Frutuoso, Edivaldo de Oliveira, explica que a alta qualidade do produto que permite sua rastreabilidade vem conquistando mercado, além de destaque em premiações da bebida.

"Dentro da IG tem produtores que já exportam e outros que vendem mais internamente. No nosso caso, conseguimos uma exportação indireta para o Canadá, após sermos finalista do concurso da Semana Internacional do Café", diz Edivaldo de Oliveira, empreendedor.

Lançada em 2024, a plataforma Origem Controlada Café monitora dados de IGs de café cadastradas com informações técnicas sobre quem produz, localização, qualidade e características sensoriais. Atualmente, a ferramenta contabiliza quase 3.500 produtores e mais de 4 mil propriedades. No total já foram emitidos 120 mil selos de certificação.

Assim como o setor cafeeiro, o artesanato também se destaca pelo número de Indicações Geográficas, com 18 no total. A região Nordeste concentra 12 delas, sendo cinco apenas no Ceará, com a cerâmica produzido pela comunidade de Alegria, a renda de bilros de Aquiraz, a renda filé de Jaguaribe, as redes de Jaguaruana, o artesanato feito de fibra vegetal de "croá" do distrito de Pindoguaba e o algodão agroecológico de Inhamuns.

Fim de patente do Ozempic gera batalha de lobbies no Congresso



A proximidade do fim da patente brasileira do Ozempic, remédio para diabetes que ganhou projeção global por ser usado para emagrecimento, deflagrou uma disputa entre grupos empresariais no Congresso Nacional. A atual fabricante defende um projeto de lei que pode prorrogar em cinco anos seus direitos sobre o produto, enquanto farmacêuticas nacionais querem barrar a iniciativa para produzir suas próprias versões.

A norueguesa Novo Nordisk, dona da patente da semaglutida - substância contida no Ozempic e no Wegovy (ambos nomes comerciais da fabricante) - obteve em 2024 uma receita líquida global de US\$ 28 bilhões com os dois medicamentos. A patente expira em março no Brasil, mas a empresa afirma que atrasos do **Inpi (Instituto Nacional da Propriedade Industrial)** na análise do pedido justificam uma prorrogação.

De acordo com a companhia, o órgão responsável pela análise de patentes teria permanecido em estado de inércia no processo por quase oito anos. O pedido inicial da empresa foi feito em março de 2006 e o registro foi concedido 13 anos depois, em março de 2019.

A empresa levou a argumentação à Justiça, mas o Superior Tribunal de Justiça barrou o pleito em novembro. A decisão manteve a data original do vencimento para março e abriu espaço para a entrada de versões mais baratas.

Agora, a empresa tenta mudar a situação no Congresso defendendo uma alteração na legislação. O tema está sendo discutido principalmente por meio

do projeto 5810/2025, que prevê prorrogação de até cinco anos no prazo de patentes "sempre que houver comprovado atraso" cuja responsabilidade não seja da parte interessada.

Um dos autores da proposta é o deputado Capitão Alberto Neto (PL-AM). Em sua justificativa, ele afirma que tem como objetivo preencher o vácuo legal criado por uma decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de 2021, que declarou inconstitucional a previsão legal anterior, de garantia mínima de sete a dez anos para patentes após a concessão do registro e que abria a possibilidade de ressalvas em caso de atraso do **Inpi**.

"Desde então, a ausência de instrumento legal para compensar atrasos injustificados do **Inpi** compromete a segurança jurídica, a previsibilidade e o ambiente de investimentos em pesquisa e desenvolvimento", afirma o parlamentar na justificativa do projeto. "Ressaltamos a importância deste aperfeiçoamento legal para garantir maior segurança jurídica, promovendo clareza, previsibilidade e confiança para todos os envolvidos", diz.

A proposta do parlamentar recebeu um requerimento de urgência assinado por deputados como Sóstenes Cavalcante (RJ), líder do PL (principal bancada da Câmara), e Doutor Luizinho (RJ), líder do PP (partido com quarta maior representatividade na Casa). Caso aprovado o pedido, o texto poderia ir direto ao plenário, sem passar por comissões nem audiências públicas.

No fim de dezembro, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), encaminhou o projeto a duas comissões (de Indústria e de Constituição e Justiça), abrindo caminho para que elas tenham apreciação conclusiva -quando não precisam passar por discussão em plenário.

Redação O Estado CeCristiano Silva

Índice remissivo de assuntos

Denominação de Origem	8,9
Direitos Autorais	1,2
Inovação	7
Marco regulatório INPI	3,4,5,6,7,8,9,10
Patentes	7
Propriedade Industrial	3,4,5,6,7,8,9,10
Propriedade Intelectual	1,2,3,4,5,6